Universidades Lusíada

Lopes, Albino Pedro Anjos, 1946-

Comentário à comunicação sobre o tema : as representações sociais da profissão do serviço social

http://hdl.handle.net/11067/3965

Metadados

Data de Publicação	1995
Palavras Chave	Serviço social - Portugal - Lisboa, Percepção social
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 11-12 (1995)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T03:02:17Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

COMENTÁRIO À COMUNICAÇÃO SOBRE O TEMA: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Pelo Prof. Doutor Albino Lopes *

"Muito obrigado, pela oportunidade que me foi dada de fazer um breve comentário à exposição, que considero brilhante, da Dr.ª M.ª Augusta Negreiros. O trabalho é tão rico que foi difícil à autora sintetizá-lo e mais difícil se torna agora para mim comentá-lo.

Em primeiro lugar devo alertar que este trabalho merece muito mais reflexão do que aquela que aqui pode ser feita hoje e nesse sentido gostaria de desafiar todos os profissionais de Serviço Social e de outras profissões afins sobretudo os que estiverem ligados ao ensino a lê-lo e a estudá-lo com alguma profundidade, na medida em que há nesta investigação matéria muito interessante para uma reelaboração do percurso teórico que deverá constituir a base da formação dos assistentes sociais no futuro.

Em segundo lugar sinto bastante entusiasmo com o facto de uma matéria que é específica da psicologia social (o estudo das representações sociais) ter constituído o ponto de partida para esta pesquisa que procura descer ao interior da profissão. Achei particularmente interessante as quatro interpretações, propostas à nossa reflexão, do pensar colectivo sobre a profissão dos assistentes sociais. É algo que se apresenta extremamente bem construído, que vale a pena reler, retrabalhar e reverificar, mesmo admitindo que haveria outras hipóteses de leitura dos dados fornecidos pela pesquisa.

Eu pessoalmente interroguei-me, ao ler o trabalho da Senhora Dr.ª M.ª Augusta Negreiros, se as conclusões propostas não permitiriam com igual legitimidade uma leitura menos optimista. Vou tentar explicar porquê. Penso que a Senhora Dr.ª M.ª Augusta Negreiros (e com toda a razão) propõe uma conclusão que cola aos dados e que, deste modo, não tem nada de forçado. Eu diria, porém, que podemos permi-

---

* Professor do I.S.C.T.E. — área de Psicologia Social.

tir-nos um enfoque menos optimista, pelo que, apenas para, eventualmente, relançar o debate ou o interesse pelo próprio texto conviria analisar.

Efectivamente se reanalisarem os dados ou se rememorarem os dados que a Senhora Dr.ª M.ª Augusta Negreiros nos apresentou, nós distinguimos dois tipos de pessoas entrevistadas: aquelas que estão próximas da acção dos assistentes sociais nas Câmaras e aquelas que estando nas Câmaras e conhecendo a acção dos assistentes sociais estão deles mais afastadas, seja por formação escolar, seja em termos de trabalho técnico. E à medida que as pessoas entrevistadas se afastam do contacto com a especificidade do trabalho do assistente social, a representação social assistencialista resiste, e a nova representação não penetra, não interfere senão marginalmente com aquela outra representação. O que pode significar que, de algum modo, há um grupo de profissionais que são sensíveis à mudança de posicionamento dos assistentes sociais em termos de saber e de intervenção e haverá aqueles para quem os assistentes sociais não podem ou não têm condições para tão facilmente inter-agirem e esses mantêm uma representação que se afasta radicalmente daquilo que os assistentes sociais pretendem actualmente dizer de si próprios, querem dar a conhecer de si próprios. É uma outra hipótese de leitura porventura menos optimista, mas que não deixa, porém, de ser particularmente importante na medida em que a própria teoria das representações sociais aqui invocada sustenta precisamente esta dupla leitura do pensar colectivo, do pensar das populações. Uma coisa é o que um profissional pode dizer de si próprio; outra coisa é aquilo que as pessoas em geral pensam de uma determinada profissão ou de uma determinada ciência. Essa é a que seria propriamente a representação social presente no grande público: esse pensar colectivo que olha para esta profissão com determinados olhos, com determinada representação, representação essa que é relativamente estável e que resistirá certamente durante muito tempo filtrando a acção interventora de novo tipo, nascida sobretudo nos anos 80, de acordo com a investigação da Senhora Dr.ª M.ª Augusta Negreiros. Este era um primeiro ponto cuja intenção se destina a chamar a vossa atenção para uma leitura aprofundada do trabalho.

Um segundo ponto que gostaria de referir prende-se com a necessidade de relativizar um termo aqui usado pela Senhora Dr.ª M.ª Augusta Negreiros, e com o qual estou de acordo, mas que parece ser de relativizar que é o conceito de mudança social. A nova formação do assistente social, a nova actuação encontrada pela investigadora, o repensar da profissão em ordem à intervenção social para o incentivo da mudança social, entendo que a terminologia cientifica nos impõe a distinção de dois conceitos radicalmente diferentes: o conceito de mobilidade social e o conceito de mudança social.

No meu contacto pessoal se bem que limitado e marginal com a profissão, a leitura desta investigação e a actividade de docência com estudantes e com profissionais, eu próprio me tenho interrogado sobre qual deverá ser o de ancoragem da

profissão de serviço social. Trata-se apenas de uma interrogação sobre o conceito de intervenção para a mudança social. Efectivamente a acção social tem privilegiado, ou tem tido como encomenda social uma preocupação virada para as pessoas que perderam, ou estão em risco de perder, a mobilidade social e que, neste contexto, esperam a salvação, um salvador vindo do exterior, ou seja, trata-se de assistir pessoas que deixaram de se assumir como pessoas-recurso. E, nesse aspecto, a representação social existente no público em geral, medida neste trabalho pela reacção dos inquiridos que mais se afastam da acção directa do assistente social, sustenta-se na ideia de que estes profissionais possuem um saber (podemos chamar-lhe saber entre aspas, mas um saber apesar de tudo, um saber humanístico) que permite minorar o sofrimento daqueles que já não esperaram a assistência senão do exterior. O conceito de mobilidade social seria o contrário desta representação: pessoas que sabem elas próprias, ou com pequenas ajudas, constituir-se como pessoas-recurso.

A mudança constatada permitiria afirmar que a acção social estaria a encontrar uma nova dimensão de acção. Os técnicos de urbanismo, os técnicos de habitação e os técnicos de acção cultural, aos quais se juntou com o poder autárquico democrático, o assistente social. Todos estes técnicos passaram a interessar-se pelas pessoas privadas de mobilidade ou risco de perda de mobilidade procurando formas operativas de retorno à mobilidade. Mas será que em face aos quadros actuais alguém possui uma vontade genuína e procura modificar, tem saber para modificar, a situação das pessoas privadas de mobilidade para as tornar pessoas-recurso? É um ponto de interrogação muito grande que se me coloca. Efectivamente o risco maior da nossa sociedade é o risco de uma exclusão social crescente, quer dizer, os técnicos são utilizados para atender as pessoas de risco porque na realidade continua a verificar-se uma passagem crescente das pessoas em situação de risco para a situação de pessoas sem mobilidade. Não só se verifica o fenómeno inverso como nem sequer se tem conseguido estancar o processo de exclusão. É aqui que se justificaria o conceito de mudança social: desenvolver uma capacidade de acção junto de populações, produzir um saber sustentado e uma acção estruturada, capaz de fazer transitar as pessoas impedidas do acesso à mobilidade para, através da acção colectiva descobrirem por elas próprias os seus saberes práticos pertinentes que lhes permitissem dar passos no sentido da mudança social, isto é, para se constituírem em pessoas-recurso, para si e para a colectividade em que se inserem, e serem capazes de alterar o quadro social que os privou de mobilidade. Ora, será este o momento corrente dos profissionais? Duvido. Mas de qualquer modo compreendo que a representação tradicional se mantenha.

É evidente que há algumas honrosas excepções. Há, com certeza, assistentes sociais a apontar para novas vias mas eu interrogo-me sobre se a nova representação que emerge face ao assistencialista não é antes uma tentativa de impedir a pas-

sagem de pessoas em risco para pessoas não-recurso, do que, efectivamente, actuar junto de pessoas que forjaram outros valores, que têm outra cultura e face às quais nem as universidades, nem os poderes públicos, nem as autarquias conseguem produzir saberes e instrumentos capazes de as tornar pessoas-recurso.

Poderíamos dizer muito mais coisas sobre um texto tão rico mas eu fico-me por aqui. Muito obrigado."